

BRB CARD DESCUMPRE ORIENTAÇÃO DO MPC E PÕE EM RISCO O BRB SAÚDE

A geração de empregos é muito importante. Porém, toda contratação deve ser precedida de critérios profissionais, especialmente relacionados à necessidade do serviço. Infelizmente, parece que este cuidado não está sendo observado na BRB Card, que continua contratando de forma intensa, mesmo considerando que boa parte dos serviços foi transferida para o BRB.

É importante frisar que os dividendos da BRB Card constituem a principal fonte de recursos da AEBRB (Associação dos Empregados do BRB). Esses recursos são prioritariamente direcionados para o plano de saúde dos empregados do BRB, que contempla também os próprios funcionários da BRB Card. Como se sabe, em matéria de assistência à saúde, qualquer centavo que se perca faz falta. Assim, é preciso que o controlador (o BRB e seu Conselho de Administração) aja com o rigor e a competência correspondentes ao caso, a fim de que se obtenha o bom senso e se ponha término a esse tipo de gestão.

EXCESSO DE CONTRATAÇÕES

O que chama a atenção é que, conforme comenta-se no âmbito da BRB Card e do BRB,



as contratações ocorridas na BRB Card são de pessoas “amigas”, intimamente ligadas à atual direção da empresa.

Pode ser que parte dessas pessoas não saiba, mas as evidências e os números demonstram que estão sendo jogadas numa aventura administrativa, sob o comando de uma irresponsabilidade patronal. Para comparar: em 2014, ano de seu melhor resultado, a empresa possuía aproximadamente 140 empregados. Agora, no quarto ano da atual gestão, mesmo com resultados declinantes, conta com quase 200.

Outro aspecto negativo é que, aliado a esse número expressivo de contratações, e decorrente dele, está havendo uma intensa substituição de funcionários. A atual gestão de-

mite aqueles com mais tempo de serviço e maior experiência profissional, e contrata “amigos”, iniciantes e sem conhecimento do serviço, fazendo da BRB Card quase uma empresa da “família”, o que vai na contramão da melhor prática gerencial.

O nível de aparelhamento e apadrinhamento na empresa chegou a tal ponto que se reflete até na representação dos funcionários, prevista em acordo coletivo. O correto seria que os representantes dos funcionários defendessem o interesse destes junto à administração da empresa, e uma condição inerente a isso é a independência dos representantes em relação à direção. Diversos funcionários da BRB Card temem que seus representantes não cumpram esse

papel, pois atualmente são gerentes contratados pela direção da empresa e ocupam cargos de estrita confiança - uma verdadeira contradição.

O Ministério Público de Contas (MPC) do DF já emitiu parecer contrário à prática de empreguismo praticada na BRB Card e cobrou explicações claras sobre o caráter de diversas contratações na empresa. Contudo, a administração da empresa dá mostras de que não se importa com as recomendações do órgão de controle, provavelmente porque deve se considerar acima das leis e dos princípios administrativos.

O Sindicato denuncia mais uma vez esse empreguismo na BRB Card e cobra uma atitude do BRB, controlador da empresa, e também da AEBRB, acionista minoritário da BRB Card. Aliás, a AEBRB é, certamente, a entidade mais prejudicada com esse desarranjo cometido pela atual gestão da BRB Card. O excesso de contratações desproporcionais e sem os devidos critérios, feitas em grande volume, infelizmente não corresponde ao resultado declinante da empresa. E isso se dá mesmo considerando os esforços de boa parte dos profissionais que suam a camisa no dia a dia.

SINDICATO SEMPRE JUNTO COM OS BANCÁRIOS NA DEFESA DO BRB



FRUTO DA ATUAÇÃO DO SINDICATO, PROPOSTA DO BRB SOBRE OS GERENTES DE NEGÓCIOS SERÁ DEBATIDA

Desde que oficialmente o BRB apresentou a intenção de atrelar o nível gerencial ao porte da agência, a diretoria do banco foi informada pelo Sindicato que isso constituía um erro grosseiro do ponto de vista de gestão de pessoal e com repercussões jurídicas.

À revelia do PCCR, plano de cargos do banco que prevê um escalonamento de níveis gerenciais e de condições de acesso, o BRB optou por ignorar a boa técnica e rebaixar os gerentes das agências que caíam de padrão, como se eles tivessem de assumir o risco negocial da empresa.

Em função disso, e após buscar resolver a situação com

o banco, sem que a empresa atendesse o pleito dos gerentes de Negócios (GNs), o Sindicato entrou com ação judicial ainda em maio de 2017 visando solucionar o problema.

Dentro das mudanças prejudiciais aos funcionários, houve também o caso dos gerentes Sênior das agências, que foram reenquadrados como Plenos, passando a auferir, ao lado da comissão do cargo, a rubrica GCE (Gratificação em Caráter Excepcional), para preservar o patamar remuneratório, mas essa gratificação foi suprimida quando da queda de porte da agência.

Acontece que, em decorrên-

cia da ação impetrada pelo Sindicato na justiça, o banco se viu na situação de ter que apresentar uma proposta com relação aos gerentes que recebiam a GCE. Por isso o Sindicato e seu corpo jurídico falaram com o banco para tratar do caso.

O diretores do Sindicato informaram ao BRB que, apesar de a proposta contemplar parte do pedido da ação, o saldo devedor para com os funcionários é muito maior, por isso a entidade não transigirá dos outros pedidos constantes do processo, o que inclui o restabelecimento da remuneração e a

decretação da ilegalidade dos rebaixamentos.

Para **Ronaldo Lustosa**, diretor do Sindicato, a proposta é oriunda da atuação do Sindicato junto com os gerentes, que tiraram encaminhamentos e decidiram ajuizar a questão, fazendo com que houvesse alguma proposta por parte do banco.

O Sindicato convocará os GNs para avaliarem a proposta em reunião com a entidade. *“Seria interessante o banco atender o pleito dos gerentes de negócios em sua totalidade e reverter*

essa decisão que trouxe perda salarial e prejuízos no encarecimento”, sugere o secretário-geral do Sindicato, **Cristiano Severo**.



COM “SEDE DE PUNIÇÃO”, BRB PUBLICA MANUAL DE DISCIPLINA

A publicação do Manual de Controle Disciplinar (MCD) pelo BRB tem sido vista com desconforto e apreensão pelos funcionários, e talvez, mais acentuadamente, pelos gestores de cada unidade ou departamento. O normativo parece, entre outras coisas, um mecanismo desproporcional que pode ser utilizado para perseguição e como mordaca dentro do banco.

Em suas linhas, faz menção a questões cerceadoras da liberdade de expressão e do incentivo, por exemplo, da or-

ganização dos trabalhadores, da sindicalização. Parece que o banco quer impor medo por temer a organização dos trabalhadores.

O manual traz proibição de que sejam feitas gravações de diversas ordens, o que pode ser compreendido quando se fala do sigilo inerente à atividade bancária, no entanto, da forma como clausulado, impediria que a vítima de assédio moral e/ou sexual registrasse tal comportamento. Para **Cida Sousa**, diretora da Fetec-CUT/CN, *“isso colide frontalmente*

com o entendimento pacificado de que uma gravação escondida pode ser utilizada como meio de prova, desde que tenha sido feita por um dos interlocutores”.

O banco chega a prever uma inversão descabida: pune para depois averiguar. É prevista a suspensão do contrato de trabalho, sem que o funcionário receba o salário e nem tenha esse período contado como tempo de serviço. Ainda prevê a dispensa motivada logo no início da suspensão do contrato de trabalho, se comprovada a falta grave. Tudo isso sem

serem respeitados a ampla defesa e o contraditório.

“Não destoando de suas arbitrariedades, o banco apresenta a possibilidade de demissão sumária sem sequer a abertura de um PAD”, comenta o diretor da Fetec-CUT/CN **Ivan Amarante**.

No bojo de suas ilegalidades, o MCD traz como infrações questões que já foram revogadas da CLT e o banco invoca para prejudicar o funcionário, tais como constar restrição em órgão de proteção ao crédito.

A percepção tem sido denotada por um clima de “vigiar e punir”.

“O Sindicato irá requer a revogação do itens abusivos, desproporcionais ou ilegais do Manual”, informa **Cristiano Severo**, funcionário do BRB e secretário-geral do Sindicato.



RESULTADO DO BRB MERECE SÉRIAS REFLEXÕES

O BRB divulgou, no último dia 5 de março, o melhor resultado contábil de sua história, um lucro líquido de R\$ 260 milhões em 2017, crescimento de 30% sobre o resultado de 2016. Embora o resultado tenha sido comunicado com estardalhaço, e os funcionários tenham recebido uma PLR mais polpuda, uma desagregação do resultado, que permite uma leitura mais aprofundada, revela elementos que devem ser considerados com muito cuidado.

A começar pelo indicador que melhor evidencia a atividade fim de um banco, suas operações de crédito. O BRB apresentou uma retração de 7,8% neste indicador. O mercado como um todo retraiu-se em operações de crédito, porém de uma forma mais suave e com um diferencial: quase todos os bancos que tornaram públicos seus balanços diminuíram operações com PJ (pessoa jurídica), porém cresceram em PF (pessoa física). No caso do BRB, houve retração nas



duas, e considerando que a maior fatia do crédito do BRB é PF, isso gera uma preocupação adicional.

Outro elemento que deve ser considerado foi a drástica redução da inadimplência, cujas reversões de PDD agregaram um volume considerável para o resultado do banco. A inadimplência do BRB despencou de 4,3% para 2,8%, colocando o banco em um pata-

mar bastante inferior à média do mercado. É excelente a redução da inadimplência, mas essa queda vertiginosa indica que dificilmente esta performance se repetirá, pois o índice do banco já está dentro de uma inadimplência estrutural. Ou seja, para os próximos exercícios, o resultado advindo da diminuição da inadimplência pode ser muito pequeno, ou até nulo.

Também contribuiu muito para o sistema como um todo, e também para o BRB, o aumento impressionante do resultado da intermediação financeira. Todo o sistema foi beneficiado com a colossal redução da taxa Selic, o que jogou por terra o custo de captação dos bancos, e também do BRB. Por outro lado, o custo do dinheiro para o tomador, embora tenha caído, foi em um patamar bastante inferior ao da Selic.

Apenas para exemplificar, a Selic perdeu 54,4% de seu valor em pouco mais de um ano, ao passo que, no mesmo período, para ficar em um único produto, o crédito rotativo (cheque especial), um dos mais populares produtos bancários, caiu em média no sistema apenas 4,8%. Ou seja, o spread continua elevadíssimo, fazendo com que os bancos ganhem mais com menos operações, e, é claro, o BRB também se beneficiou disso. Porém, esse é um evento que pode também não se repetir, reduzindo drasticamente os ganhos com esta rubrica.

LUCRO ÀS CUSTAS DO EMPREGO E DE DIREITOS DOS FUNCIONÁRIOS

É importante salientar que o BRB apresentou uma redução de custos de pessoal superior a 4% entre 2016 e 2017. Houve uma redução de funcionários em função de PDV, mas a política interna de não substituição e não pagamento de horas extras também colaboraram com esse resultado, ou seja, o banco incrementou seu lucro utilizando um expediente que

maltrata e sobrecarrega seus funcionários.

"Importantíssimo o resultado positivo, que reforça o discurso de defesa do banco. Porém, o mercado certamente observa os indicadores que compõem o balanço, e deve fazer uma leitura que traz sim preocupação. O fato é que o banco, em que pese o seu expressivo desempe-



nho, tem perdido participação no mercado, com esta política excessivamente contracionista. Todo cuidado deve ser tomado, mas banco cresce sustentavelmente é com operações de crédito, o que está faltando sobremaneira ao BRB", avalia o diretor do Sindicato

Daniel de Oliveira.

COMITÊ DEFINE NOVAS AÇÕES PARA COMBATE AO DESMONTE DAS EMPRESAS PÚBLICAS

se é público, é para todos



A política de desmonte promovida pelo governo Temer nas empresas públicas é generalizada e está ocorrendo de várias formas, com a privatização parcial ou total. Essa é uma das avaliações dos representantes do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que realizaram no último dia 9, em Brasília, a primeira reunião do ano. Além das exposições e análises foram elencadas ações que serão realizadas pelo comitê



para denunciar e tentar reverter esse quadro (veja no box).

Um dos ataques mais cruéis às estatais e seus trabalhadores está no corte de direitos. "No caso específico dos planos de saúde, as alterações têm como base as resoluções aprovadas pela CGPAR que incentiva a privatização das gestões de saúde para privilegiar o capital privado", denuncia a coordenadora do comitê, **Rita Serrano**, também conselheira de Administração eleita da Caixa.

AÇÕES CONJUNTAS EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DOS SEUS EMPREGADOS

- Construção de plataforma de propostas de governo que valorize o patrimônio público e o desenvolvimento do País, a ser entregue aos candidatos que vão concorrer nas eleições de outubro. Será divulgado o nome daqueles que se comprometerem com a carta-compromisso;
- Realização de plenária no Congresso com a participa-

ção de representantes das diversas frentes criadas em defesa das empresas públicas para definir ações conjuntas no Parlamento;

- Trabalhar com formadores de opinião, fornecendo dados que subsidiem a contraposição à versão oficial do governo de que as empresas públicas causam prejuízos;
- Acompanhar de perto projetos que estão em andamento no Congresso, dentre eles o PL 9215/2015, que trata da Gestão das Estatais.

APAGÃO PROVOCADO POR EMPRESA PRIVADA CHINESA ATINGE TODO O BRASIL

Um apagão, que teve início às 15h48, foi sentido em todo o Brasil, na quarta-feira 21. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram o restabelecimento da energia em 27 minutos. Já os estados mais atingidos foram Amazonas, Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Amapá, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Bahia e Tocantins.

Todos nas regiões Norte e Nordeste.

De acordo com os trabalhadores do Sistema Eletrobras, a falha começou em uma linha de transmissão operada pela empresa privada chinesa State Grid, que opera Belo Monte/Furnas, após a realização de testes em pleno horário comercial.

O diretor do Sindicato dos Eletricários



de Campinas e Região (Sinergia) Wilson Marques lembra que Belo Monte e toda a sua linha de transmissão é de iniciativa privada. O apagão, lembra Wilson, ocorre justamente num momento em que se discute a privatização da Eletrobras pelo governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP).

BANCOS, OS QUE MAIS LUCRAM, E BEBIDAS TÊM OS MAIORES DESCONTOS NO REFIS

Bancos e fabricantes de bebidas foram os setores que conseguiram os maiores abatimentos em suas dívidas dentro do Refis, o programa de parcelamento de débitos tributários da União. Os cortes ultrapassaram 50% do valor da dívida inscrita.

Lançado no início de 2017, o Refis foi aprovado pelo Congresso em dezembro com condições mais vantajosas do que pretendia o governo. Os dados não incluem o total dos débitos considerados pela

Receita Federal.

As mil maiores dívidas inscritas no Refis obtiveram descontos de R\$ 11,7 bilhões - um terço do total. O setor bancário concentrou os maiores descontos. Quatro de cinco instituições abateram mais da metade de sua dívida - Itaú Unibanco, Safra, Santander e Rural (em liquidação extrajudicial). Juntos, esses bancos negociaram uma dívida de R\$ 657,3 milhões. Terminaram se comprometendo a pagar R\$ 302 milhões.

BANCÁRIOS MARCAM PRESENÇA NA 13ª EDIÇÃO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018



Representando os bancários de Brasília, diretores do Sindicato e da Fetec-CUT/CN estiveram presentes à 13ª edição do Fórum Social Mundial, realizado em Salvador entre os dias 13 e 17 de março. O evento, que teve como slogan “Resistir é criar, resistir é transformar”, contou com a participação de cerca de 60 mil pessoas de 120 países.

Logo no primeiro dia, os bancários engrossaram as fileiras da grande Marcha de Abertura do Fórum, na praça do Campo Grande, contra os retrocessos e os ataques à democracia no Brasil.

No dia 14, as diretoras do Sindicato Marianna Coelho, Zezé Furtado e Raissa Alves, além da dirigente da Fetec-



CUT/CN **Louraci Moraes**, participaram do debate “Mulheres, Democracia e Direitos”. Já o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, foi um dos expositores da Oficina Etnodesenvolvimento, promovida no dia 15, quando falou da importância da democracia e da mídia alternativa na promoção do etnodesenvolvimento

- uma forma de pensar o desenvolvimento sustentável para determinadas comunidades cuja cultura é marginalizada pelo capitalismo.

Houve ainda, nos dias 14 e 15, realizadas pela Contraf-CUT, uma mesa de diálogo e uma conferência com o tema “A era do capital improdutivo: o FSM 2018 e a ampliação das resistências”.

MARCHA ENCERRA O FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA



Em 22 de março, Dia Mundial da Água, mais de 7 mil pessoas marcharam em Brasília contra a mercantilização dos recursos hídricos e por uma gestão de sua distribuição mais justa e igualitária. A manifestação marcou o encerramento do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), realizado entre 17 e 22 de março, e reuniu povos de todo o mundo em defesa desse precioso bem natural que tem atraído a ganância das grandes organizações, que estavam reunidas no Fórum Mundial da Água, o ‘Fórum das Corporações’, realizado também em Brasília.

JESSÉ SOUZA EM DEBATE NO SINDICATO: "NINGUÉM NASCE IMBECIL"



O Teatro dos Bancários lotou na noite no último dia 12 para o debate com o sociólogo Jesse Souza, autor do livro *A elite do atraso – Da escravidão à Lavajato*. A obra supre uma lacuna jamais ocupada por pensadores de esquerda na explicação do Brasil desde o princípio.

Segundo o autor, o que impera no país é uma interpretação hegemônica, numa transmissão cultural que se dá naturalmente: as ideias construídas

no seio da elite são assimiladas sem resistência. “São mais contundentes que a repressão e a violência física”, enfatiza.

O olhar de Jesse para o sistema de dominação controlado culturalmente pela elite do dinheiro com a anuência da classe média o levou a concluir que “ninguém nasce imbecil, mas qualquer um pode ser enredado nessa teia e assim ser tratado”. Segundo ele, uma das ideias que nos fazem de “imbecis” é a de que nada acontece a partir do mercado, mas do Estado estruturado para roubar.

O debate foi conduzido pela deputada federal Erika Kokay e aberto com intervenções do presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, e do presidente da Fenae, Jair Pedro.

EM DEBATE NO SENADO, CUT BRASÍLIA E VIGILANTES EXIGEM DIREITO DE GREVE

Questões como o direito de greve, a negociação coletiva e a organização sindical foram amplamente debatidas pelos presentes à audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, do Senado, no dia 19, comandada pelo senador Paulo Paim. Após os debates, esse documento será compilado e entregue aos candidatos nas eleições.

Dirigente da CUT Brasília, Julimar Roberto disse que a reforma trabalhista representou um atropelamento da classe trabalhadora. A recente greve dos vigilantes, motivada pela irresponsabilidade dos patrões de tentar implantar a todo custo a reforma trabalhista na convenção coletiva, prova isso.

COMUNIDADE NEGRA COBRA AÇÕES MAIS EFETIVAS DO PROGRAMA AFROEMPREENDEDORES



Dando sequência às comemorações do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado no dia 21, o Sindicato promoveu dia 20 um debate sobre Economia Solidária da População Negra no DF e Entorno. Representantes da comunidade negra cobraram ações mais efetivas referentes ao Plano Operativo do Programa Afroempreendedores do DF, instituído pela Lei nº 5447/2015 e cujas diretrizes foram dadas pela Portaria nº 161, de 2017, da Sepir/DF.

O evento foi iniciado com a apresentação musical da cantora e instrumentista Nãnan Matos. Compuseram

a mesa o representante da Subsecretaria de Igualdade Racial, da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sepir/DF), Victor Nunes, a afroempreendedora Maria das Graças Santos, e os especialistas em Economia Solidária, Karla Patrícia, e em Controle Social sobre o Estado, Antônio Gomes.

O diretor do Sindicato **Ronaldo Lustosa**, mediador do debate, considerou o encontro bastante produtivo e frisou que o governo e a sociedade precisam dialogar mais. "É preciso ações mais efetivas", avaliou.

Para a diretora do Sindicato **Elis Regina**, "eventos como esse possibilitam a dis-

cussão da necessidade de promoção de políticas públicas que estabeleçam o equilíbrio de oportunidades e pontuam estratégias e ações para o fortalecimento e desenvolvimento dos afroempreendedores nos diversos segmentos econômicos do DF".



SINDICATO REALIZA SUA 1ª FEIRA DE AFROEMPREENDEDORISMO



Antes do debate, o Sindicato promoveu sua 1ª Feira de Afroempreendedorismo e Economia Solidária no DF, em sua sede, como parte das comemorações do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, e que contou com estandes de diversos expositores, com uma variedade de produtos afros.

Participaram da feira a EcoAgroVila Renascer, Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (Arenquim), Rabiscos Feministas, Acarajé & Cia, Santinha Moda Afro e Associação dos Remanescentes do Quilombo das Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura (Arquitov). E ainda os expositores Rainhas Coroadas, Rainha Tereza de Benguela, Bazar Afro, Afro N'Zinga e Tambor e Arte, que fazem parte da Frente de Mulheres Negras.

Jornalista e integrante do Movimento Negro Unificado do DF e da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, Jacyra Silva destacou que a iniciativa do Sindicato "significa a valorização das mulheres negras que estão nos espaços de produção da cultura afro-brasileira".

Filha do quilombola José Antonio Ventura, Daniele Ventura (do grupo Arquitov), contou que são mais de 30 famílias (de MG e do DF) unidas na produção de bijuterias, acessórios, turbantes, cadernos personalizados e marcador de páginas, entre outros apetrechos.

INTERVENÇÃO NO RIO**REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL É O CAMINHO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA**

A questão do decreto que prevê a intervenção federal no Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao comprometimento da ordem pública, é uma amostra inequívoca de como as raízes da violência são precariamente debatidas em nosso país.

CRISE ECONÔMICA E DESEMPREGO

Embora a segurança pública abranja questões complexas, há que se destacar que o país ainda enfrenta profunda crise econômica, expressa, sobretudo, pelo aumento generalizado do desemprego. Enquanto no Brasil a taxa de desocupação atingiu um contingente de mais 12,3 milhões de desocupados

no 4º trimestre de 2017, no Rio essa mesma taxa alcançou cerca de 1,3 milhões.

DESIGUALDADE SOCIAL

Há que se citar também que o problema da segurança pública depende fortemente de políticas estruturantes para amenizar a desigualdade social no país. Lamentavelmente a desigualdade social coloca o Brasil como um país entre os piores perfis de distribuição de renda no mundo. Pelo indicador do Coeficiente de Gini, o Brasil está situado na posição de 10º mais desigual do mundo e o quarto da América Latina.

E segundo o relatório da ONG britânica Oxfam, de outubro de 2017, apenas seis brasileiros mais ricos no país pos-

suem a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. A desigualdade brasileira também fica evidente nas comparações relativas à questão de gênero. Mesmo com maior escolaridade, segundo os dados da PNAD contínua, a remuneração média das mulheres com ensino médio equivale a 66% do ganho médio dos homens na mesma condição de escolaridade.

TETO DOS GASTOS PÚBLICOS E RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

É no cenário de crise econômica e política que ganhou força a retomada no Brasil da agenda liberal conservadora. Na fragilização do Estado, o aspecto mais relevante foi a apro-

vação do “teto dos gastos públicos”, que congelou em termos reais os gastos orçamentários e engessou a implementação de políticas públicas para os próximos 20 anos (até 2036). Em 2017, apenas 0,37% do orçamento da União foi executado com segurança pública.

Em outra linha, a aprovação da lei que autorizou a renegociação das dívidas dos Estados com a União foi outra medida de fragilização da atuação dos Estados, sobretudo do Rio Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas, até então considerados entre os Estados com o maior nível de endividamento com a União.

Por Max Leno,
economista do Dieese,
seção Bancários

PALCO CERRADO CONTA MAIS DE 120 PROJETOS NA DISPUTA

Mais de 120 projetos se inscreveram e estão na disputa para o 1º Palco Cerrado – Festival de Múltiplas Linguagens, que vai abranger apresentações artísticas no Teatro dos Bancários nas séries Música e Artes Cênicas. A Avuá Produções, juntamente com o Teatro, agradece o número expressivo de interessados em mostrar o seu trabalho, o que comprova a importância de um evento como esse, assim como a dimensão da produção cultural do DF.

No dia 6 de abril será feita a divulgação (pelo site do Sindicato e por e-mail) das 16 apresentações artísticas que irão compor a programação do festival, que terá quatro show artísticos e 12 espetáculos de artes cênicas. As propostas inscritas concorrerão a uma única apresentação no evento, que acontecerá no período de 17 de maio a 20 de agosto.

Confira o calendário completo do Palco Cerrado em bancariosdf.com.br.

LUTA DAS PESSOAS LGTBs FOI TEMA DO TV BANCÁRIOS WEB

A edição do dia 14 de março do TV Bancários Web apresentou um debate sobre a pauta de luta da população LGBT. Como convidados, o programa recebeu Daniela Auriema e Theo Linero, pessoas trans, bancários do BB e militantes LGTBs.

Os convidados contaram

como lidam com situações de preconceito e explicaram a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Daniela e Theo aproveitaram para dar dicas de expressões e palavras LGTBfóbicas que devem ser retirados do nosso vocabulário. Confira no portal.